

A Utilização da Etnografia na Pesquisa em Contabilidade.

The Use of Ethnography in Accounting Research.

Renata Sol Leite Ferreira da Costa

Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250 Urca

22290-240 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Telefone: (21) 2172-7391

e-mail: renatasolcosta@hotmail.com

Prof^a. Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca

Doutorado em Administração, COPPEAD / UFRJ, Brasil, 1997.

Av. Pasteur, 250 - Urca

22290-240 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Telefone: (21) 3873-5105

e-mail: anafonseca@ufrj.br

Resumo

A pesquisa em contabilidade passa pelo estudo do conhecimento ou da epistemologia dessa ciência, que pode ocorrer mediante a aplicação de abordagens metodológicas distintas, dependendo do assunto e da área estudados. O processo que desencadeia na escolha da metodologia a ser aplicada envolve diversos conceitos fundamentais, tais como paradigma, teoria e ciência, que serão abordados ao longo deste ensaio, que busca discutir e analisar ainda a utilização da etnografia na pesquisa em contabilidade, em detrimento apenas da abordagem *mainstream*, amplamente utilizada nessa área. Por se tratar de uma ciência social, a contabilidade deve também ser estudada levando-se em consideração a interação dos agentes sociais, os contadores, que são influenciados pela cultura do local em que trabalham, vivem e socializam. A utilização da pesquisa quantitativa, apesar de extremamente relevante e necessária para entendermos o funcionamento do mercado de capitais, não leva em consideração em profundidade o fator humano, tratando a contabilidade como uma ciência exata, sem considerar a influência da ação humana. Busca-se através deste trabalho sugerir que a pesquisa contábil não necessita utilizar apenas a abordagem quantitativa, ou *mainstream*, havendo muitas contribuições ao conhecimento contábil ao utilizarmos outras abordagens metodológicas, tais como a qualitativa, ou ainda ao fazermos uma combinação de metodologias, que poderão auxiliar no desenvolvimento desta ciência.

Palavras-chave: Etnografia. Etnometodologia. Pesquisa em contabilidade.

Abstract

Accounting research goes through the study of knowledge or epistemology on this science, and different methodological approaches can be used, depending on the subject and the area studied. The process that triggers the choice of methodological approach involves several fundamental concepts, such as paradigm, theory and science that will be addressed throughout the essay, that will also discuss and analyze the use of ethnography in accounting research, instead of the exclusive usage of the mainstream approach, widely used in this area. Since accounting is a social science, it should also be studied taking into account the interaction of social agents, accountants, who are influenced by the culture of the place where they work,

live and socialize. Quantitative research, while extremely relevant and necessary to understand the functioning of the capital market, does not take into account the human factor in depth, treating accounting as an exact science, without considering the influence of human action. This work tries to suggest that the accounting research does not need to use only the quantitative or mainstream approach, and there are many contributions to accounting knowledge when using other methodological approaches, such as qualitative, or when we make a combination of methodologies, which may help developing this science.

Key words: Ethnography. Ethnomethodology. Accounting Research.

1. Introdução

A etnografia teve origem na antropologia cultural, no início do século 20, através de estudos que comparavam culturas, e tem por objeto o estudo do comportamento de um determinado grupo que compartilha da mesma cultura. Apesar desses estudos iniciais terem escolhido as ciências naturais como um modelo de pesquisa, eles se diferenciavam das abordagens tradicionais científicas, por meio da coleta, em primeira mão, de dados de culturas primitivas. Nos anos de 1920 e 1930, alguns sociólogos adaptaram os métodos de estudo de campo da antropologia para estudar determinados grupos culturais nos Estados Unidos (CRESWELL, 1998).

Dessa forma, antes de entendermos a etnografia, torna-se necessário entender o conceito de cultura, visto que ela está amplamente relacionada aos estudos etnográficos e é reconhecidamente um fator de influência e de explicação dos comportamentos nas ciências sociais.

A cultura pode ser definida como uma programação coletiva das mentes, capaz de distinguir grupos de pessoas de outros grupos (HOFSTEDE, 1983). Ela compreende um conjunto de interpretações do mundo, das ações e artefatos que o compõem e que se criam ao longo do tempo, compartilhados por um grupo de pessoas por meio de um processo social (MINTZBERG, AHLSTRAND e LAMPEL, 2010).

De acordo com a antropologia, a cultura está presente o tempo todo em nossas vidas e é ela que diferencia as sociedades, as organizações e os países, por exemplo. Ela é composta tanto de atividades puramente sociais, mas também da interação das pessoas que trabalham juntas em tarefas comuns, além de sua interação com os recursos tangíveis e intangíveis para produzir a "cultura material" (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010).

Levando-se esse conceito de cultura para o mundo corporativo, as organizações, apesar de operarem no mesmo ambiente, por terem culturas diversas, interpretam esse mesmo ambiente de formas distintas. Por muitas vezes a cultura organizacional possui crenças e pressupostos fortemente entranhados que agem como fortes barreiras internas às mudanças. Isso fica explícito na afirmação de Karl Weick quando ele diz que "uma corporação não tem uma cultura. Uma corporação é uma cultura. É por isso que elas são terrivelmente difíceis de mudar" (MINTZBERG, AHLSTRAND e LAMPEL, 2010).

De acordo com Kuhn (1970), uma comunidade científica desenvolve seus trabalhos em um ambiente onde impera um conjunto de crenças estabelecidas, denominada ciência normal, que fundamentam as práticas de ensino e pesquisas em uma determinada época. A ciência normal tem como pré-requisito o estabelecimento de um paradigma, pois é ele que orienta a pesquisa, limpando o seu caminho e delimitando seu campo.

Um paradigma engloba o conjunto de práticas de uma determinada ciência em um período de tempo específico: é ele que determina o que será estudado, quais tipos de questões serão formuladas, quais métodos de pesquisa conduzirão tais questionamentos e como seus resultados serão interpretados (KUHN, 1970).

Uma teoria é definida como um conjunto de conceitos, definições e proposições relacionados, que apresentam uma visão sistemática dos fenômenos, especificando a relação entre as variáveis com o objetivo de explicar e prever fenômenos. Uma teoria contábil, cujo principal objetivo é fornecer uma base para a predição e explicação de eventos contábeis, deve ser construída com verificação e validação e precisa ser objeto de testes empíricos, ou seja, através de métodos indutivos, objetivando verificar sua acurácia (RIABI-BELKAOU, 2004).

A pesquisa na área contábil está marcada por duas principais características: (i) seus paradigmas estão estreitamente voltados às perspectivas instrumentalistas e positivistas e em métodos quantitativos; e (ii) seus consagrados autores rejeitam e não aceitam visões diferentes das deles. Para exemplificar esses tópicos, podem-se citar as restrições impostas aos pesquisadores de contabilidade nos Estados Unidos que buscam pesquisas fora desse *mainstream*, onde as publicações nos principais *journals* acadêmicos devem seguir esse padrão (BAKER e BETTNER, 1997).

No Brasil, conforme destacam Theophilo e Iudícibus (2005), desde o final dos anos 1990 ocorre uma conversão a esse *mainstream*, com foco nos estudos empíricos. Martins (2012) destaca que a pesquisa contábil brasileira está muito mais preocupada com a utilização de métodos quantitativos, fazendo meras replicações de pesquisas anteriores com alguma variável modificada, muito mais voltada à teoria, o que torna todo esse esforço de pouca utilidade prática.

Em que pese essa tendência na pesquisa contábil brasileira, já há uma iniciativa de adoção de outras metodologias, como destaca o estudo de Coelho e Silva (2007), que analisaram pesquisas de Contabilidade e Controle Gerencial apresentadas entre os anos de 2001 e 2006 nos encontros da Anpad e não encontraram uma preferência por uma metodologia de pesquisa quantitativa ou qualitativa.

As pesquisas críticas e interpretativas demandam metodologias próprias e habilidades distintas das usualmente empregadas pelo *mainstream* da pesquisa contábil e, por meio delas, pode-se “entender como questões como poder, estrutura, agência e tecnologias se produzem e reproduzem no dia-a-dia das organizações” (LOURENÇO e SAUERBRONN, 2016, p. 117).

No entanto, a carência de estudos críticos e interpretativos em contabilidade deve-se ao fato da baixa autonomia da pesquisa nessa ciência em relação à sua prática profissional, visto que, no Brasil, a organização da profissão contábil surgiu antes do estabelecimento de cursos superiores, e, conseqüentemente, da pesquisa em contabilidade, o que pode ser visto como um obstáculo para o desenvolvimento de pesquisas alternativas (HOMERO JR., 2017).

O objetivo deste ensaio é analisar a utilização da etnografia e de métodos etnográficos na pesquisa em contabilidade, objetivando identificar possíveis contribuições desta metodologia. A relevância deste estudo está em aprofundar o debate sobre o desenvolvimento do conhecimento em contabilidade e demonstrar a possibilidade de pesquisas distintas que usam outras abordagens além do *mainstream*, o que muito provavelmente acarretará em um desenvolvimento dessa ciência.

O estudo foi estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta uma introdução com o objetivo e a relevância do estudo. A segunda seção apresenta os paradigmas reconhecidos na contabilidade e a pesquisa efetuada nesta área. A terceira seção trata das características e objetivos de um estudo etnográfico. A quarta seção trata da metodologia de um estudo etnográfico. A quinta seção trata da aplicação da etnografia na contabilidade. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais do ensaio.

2. Paradigmas e Pesquisa em Contabilidade

2.1 Paradigma e seu conceito

A ciência normal necessita de um paradigma, pois é a partir dele que ocorre a especialização e é esta que possibilita novas abordagens de pesquisa e de desenvolvimento do conhecimento. Ou seja, um campo de estudo torna-se uma ciência quando um paradigma é adotado com sucesso. Esse conceito de paradigma foi instituído por Kuhn (1970), que destaca que os pesquisadores se preocupam com as soluções de problemas utilizando um único *framework* cujas crenças, valores e técnicas sejam amplamente aceitos pela ciência na qual é realizada a pesquisa. Esse amplamente aceito *framework* torna-se um paradigma e, qualquer alteração do ambiente onde as evidências passam a questioná-lo, torna-se uma revolução científica.

Dessa forma, um paradigma é um modelo ou padrão aceito pela comunidade científica, que a orienta por um tempo contínuo, em detrimento de outras formas concorrentes, e cujas verificações foram amplamente abertas, possibilitando a resolução de enigmas por esses cientistas. Kuhn (1970) destaca, porém, que o paradigma não necessita elucidar todos os fatos com os quais se confronta. Isso é importante, pois, como afirma Lukka (2010), os paradigmas ajudam a comunidade científica a se deparar com outras e novas formas de conduzir pesquisas.

A adoção de um paradigma traz vantagens à ciência normal, fazendo com que a pesquisa avance e a comunidade científica resolva problemas. Kuhn (1970) destaca que, mesmo quando um paradigma está estabelecido em uma comunidade científica, o pesquisador não tem o dever de considerar somente as aplicações da teoria atual, pois, se assim o fizesse, não haveria anomalias. Uma anomalia ocorre quando a natureza rompe com as expectativas advindas de um paradigma, ou seja, quando ocorre um fenômeno não coberto pela teoria. E é a partir de uma anomalia que surgem novidades relacionadas aos fatos, que podem ou não gerar uma crise no paradigma vigente.

As crises enfrentadas por um paradigma, também denominadas por Kuhn (1970) de revoluções científicas, nem sempre são maléficas; elas podem provocar novas descobertas. No entanto, se o problema persistir pode haver um novo candidato a paradigma. E se o paradigma anterior for substituído por outro, haverá um novo referencial para observar os fenômenos, ou seja, existirá uma nova forma de ver o mundo por aquela comunidade científica afetada. Após uma revolução científica, uma nova tradição científica (ou ciência normal) é estabelecida e ela “não somente é incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu”. O fato de uma teoria virar um paradigma não significa que ela é “mais certa” do que a anterior ou as suas concorrentes; ela simplesmente resolve melhor os novos problemas e as anomalias.

Segundo Lukka (2010), o conceito de paradigma não é pacífico dentro de uma comunidade científica e, muito menos, recente, visto que na década de 1970 pesquisadores já debatiam sobre os paradigmas em contabilidade e se esta ciência poderia ser considerada multiparadigmática.

Posteriormente, Kuhn (1970) desenvolveu o conceito de matriz disciplinar, que engloba todo o conhecimento compartilhado pelos praticantes de uma disciplina, onde seria possível haver paradigmas concorrentes regendo a ciência normal num determinado período. A matriz disciplinar é composta por quatro elementos principais: as generalizações simbólicas, os modelos particulares, os valores compartilhados e os exemplares. O nome matriz disciplinar é explicado pelo próprio autor da seguinte forma: “‘matriz’ porque se compõe de elementos ordenados de vários gêneros, cada um exigindo especificações ulteriores; e ‘disciplinar’, porque é posseção comum dos praticantes de uma disciplina profissional”.

Nas ciências naturais, os paradigmas são aceitos por toda a comunidade científica: a partir deles, surgem problemas e soluções que servem como modelo. Já nas ciências humanas e sociais, não há paradigmas estabelecidos, gerando controvérsias sobre suas bases epistemológicas de difícil solução, que impedem o estabelecimento de quais fatos são mais relevantes e pertinentes para cada área (ARAÚJO, 2012).

2.2 Paradigma e a contabilidade

O paradigma está relacionado a uma ciência. O primeiro ponto que devemos abordar então é quanto à classificação da contabilidade em ciência ou não. Apesar de não haver um consenso, consideraremos neste estudo a visão de Riahi-Belkaoui (2004), segundo a qual a contabilidade definitivamente pode ser considerada uma ciência, visto que ela possui conceitos, princípios, leis e teorias. Esse entendimento está de acordo com a definição de ciência de Buzzell (1963): ciência é um conhecimento organizado em torno de uma ou mais teorias centrais, regida por princípios, usualmente expressada em termos quantitativos, que permite previsões e, sob certas circunstâncias, o controle de eventos futuros.

Há a aceitação por todas as ciências de uma metodologia que justifique o conhecimento. Essa metodologia irá verificar se a hipótese levantada será confirmada ou refutada. Hipóteses fundamentadas profundamente na teoria podem ser totalmente confirmadas, totalmente refutadas ou tanto confirmadas quanto refutadas. A maioria das hipóteses contábeis enquadra-se nesta última categoria. A refutação ou a confirmação ocorre após uma série de novas evidências: se as evidências obtidas através de repetidos testes corroborarem a hipótese, ela será empiricamente elevada à categoria de generalização ou lei (RIAHI-BELKAOUI, 2004).

Uma teoria é definida como um conjunto de conceitos, definições e proposições relacionados que apresentam uma visão sistemática do fenômeno analisado, especificando as relações existentes entre as variáveis com o propósito de explicar e prever esse fenômeno. Por isso, Riahi-Belkaoui (2004) afirma que não há nenhuma teoria de contabilidade existente hoje, apenas teorias intermediárias (*middle-range theories*) que tentam prever e explicar apenas um determinado assunto dentro de todos os fenômenos contábeis existentes.

Os dois principais processos de construção e teste de uma teoria são o processo dedutivo e o processo indutivo. O processo dedutivo parte da teoria e de sua aplicação para previsões específicas, ou seja, ele depende de hipóteses selecionadas para a sua comprovação, que utiliza métodos quantitativos e estatísticos, e é amplamente utilizado na pesquisa contábil positivista. Já o processo indutivo faz o caminho inverso: partindo de observações ou dados específicos, busca padrões de comportamento que podem ser generalizados, tornando-se futuramente uma teoria (SMITH, 2003).

Como destacam Ryan, Scapens e Theobald (2002), a seleção de uma metodologia para um estudo não pode ser realizada de uma forma isolada, devendo-se observar as premissas ontológicas e epistemológicas presentes na pesquisa a ser efetuada. A metodologia depende da natureza do fenômeno a ser investigado: as premissas do pesquisador em relação à natureza do fenômeno (aspecto ontológico) influenciarão a forma que o conhecimento será adquirido através da análise desse fenômeno (aspecto epistemológico), que por sua vez determinará o processo de escolha da metodologia a ser aplicada, conforme destacado na Figura 1.

A taxonomia apresentada também é utilizada por Riahi-Belkaoui (2004), que a desenvolve utilizando quatro paradigmas da contabilidade:

1. Paradigma da visão interpretativa: caracterizado pelo subjetivismo e por um ambiente regulatório, tem por objetivo explicar a ordem social sob um enfoque normalista, anti-positivista, voluntário e ideológico. Busca compreender a experiência subjetiva dos indivíduos que trabalham com a elaboração, comunicação, verificação da informação contábil

ou que seja seu usuário. Para os pesquisadores com esta visão, a contabilidade não passa de nomes, conceitos e rótulos utilizados para a construção de uma realidade social, e ela apenas pode ser compreendida através do ponto de vista de quem está diretamente envolvido com sua preparação, comunicação ou utilização;

2. Paradigma da visão funcionalística: caracterizado pelo objetivismo e por um ambiente regulatório, tem por objetivo explicar a ordem social na qual a contabilidade possui um papel, sob o ponto de vista realista, positivista, determinístico e nomotética (usada na formulação de leis);

3. Paradigma da visão humanista radical: caracterizado pela mudança radical e o subjetivismo, utiliza a contabilidade para examinar a ordem social sob uma perspectiva nominalista, voluntária e ideográfica. Para os pesquisadores com esta visão, as teorias e fatos são apenas reflexos de uma visão de mundo realista e os contadores são prisioneiros de uma consciência moldada e controlada por um processo ideológico; e,

4. Paradigma da visão estrutural radical: caracterizado pela mudança radical e o objetivismo, que busca desafiar a ordem social de uma forma realista, positivista, determinística e nomotética, mas com foco nas contradições e crises criadas pela contabilidade.

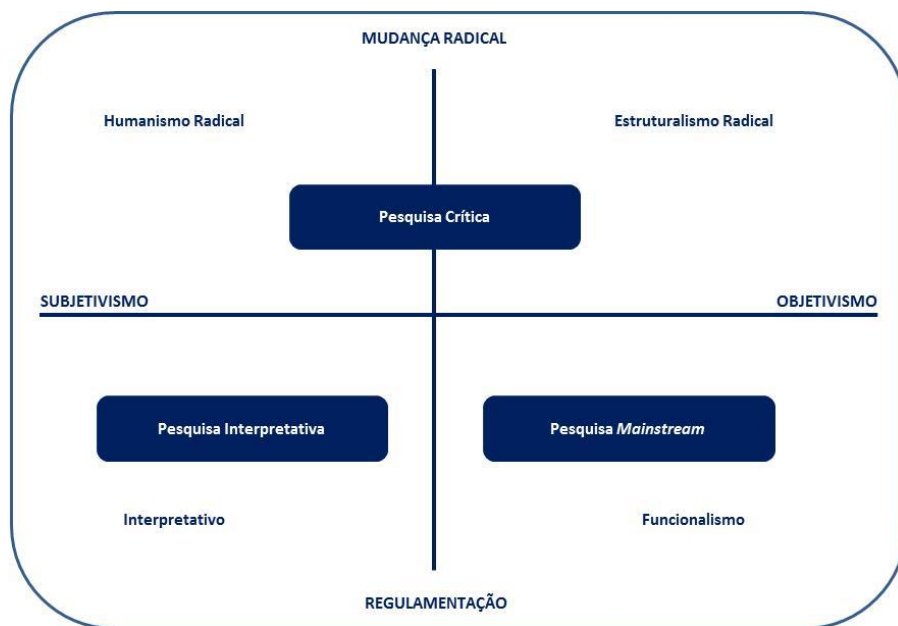


Figura 1. Taxonomia de Hopper e Powell na pesquisa contábil.

Fonte: Ryan, Scapens e Theobald (2002).

Conforme destacado por Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), a teoria normativa, usualmente fundamentada no método dedutivo, analisa como a contabilidade “deveria ser” utilizada, buscando a otimização da informação para os diversos *stakeholders*. Já a teoria positiva, considerada hoje o *mainstream* da pesquisa em contabilidade, usualmente fundamentada no método indutivo, analisa, através do estabelecimento de hipóteses e testes empíricos, como a contabilidade “é”, e seus adeptos são extremamente críticos à teoria normativa. Há, portanto, uma metodologia de aceitação comum pela comunidade científica contábil que é a construção de uma hipótese, que pode ser confirmada ou falsificada, da mesma forma como já defendia Popper (1972).

No entanto, existem abordagens diversas além da dedutiva e da indutiva, tais como a abordagem não teórica, a abordagem ética, a abordagem sociológica e a abordagem econômica, defendidas por Riahi-Belkaoui (2004). Com base nisso, este autor sugere que a contabilidade é uma ciência multiparadigmática e que possui os seguintes paradigmas:

1. Paradigma antropológico ou paradigma indutivo: utiliza uma metodologia descritiva ou indutiva para a construção da teoria contábil e acredita no valor das práticas contábeis existentes. Para os autores que seguem este paradigma, os principais problemas de estudo são as práticas contábeis existentes e a forma que a administração lida com elas. São quatro as teorias associadas a este paradigma: (i) economia da informação; (ii) teoria da agência; (iii) gestão ou alisamento de resultados; e (iv) teoria positiva da contabilidade. Assim, estes pesquisadores buscam explicar, entender e prever práticas contábeis utilizando técnicas de pesquisa de alisamento de resultados, de pesquisa de gerenciamento de resultados e de pesquisa positivista.

2. Paradigma do lucro verdadeiro ou paradigma dedutivo: utiliza uma metodologia normativa ou dedutiva para a construção da teoria contábil e acredita que deveria haver uma única técnica de mensuração da receita. Para os autores que seguem este paradigma, os principais problemas de estudo são a construção de uma teoria contábil com razões lógicas e normativas, com rigor conceitual e a determinação de um conceito de lucro “ideal”, fundamentado em um método de mensuração que não seja o custo histórico. Estes pesquisadores buscam, assim, justificar a construção de uma teoria contábil ou demonstrar as vantagens de um modelo de mensuração do lucro em detrimento do custo histórico, tais como: (i) preço de mercado; (ii) custo de reposição; (iii) valor de perda; (iv) valor realizável líquido; e (v) valor presente. Cabe destacar aqui, que essas “teorias”, relacionadas por Riahi-Belkaoui (2004) ao paradigma do lucro verdadeiro, não são na verdade teorias, mas bases de mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, previstos inclusive na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), alinhado com o *Conceptual Framework for Financial Reporting* emitido pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

3. Paradigma da utilidade para tomada de decisão ou modelo decisório: para os autores que seguem este paradigma, o principal problema de estudo é a utilidade ou relevância da informação contábil para a tomada de decisão. Estes autores buscam técnicas empíricas para determinar quais informações são mais relevantes. São duas as teorias associadas a este paradigma: (i) diferentes modelos de decisão associados ao processo de decisão de negócios; e (ii) diferentes eventos econômicos que podem afetar a atividade da empresa, tais como falência, fusões, etc.

4. Paradigma da utilidade para tomada de decisão - comportamento do mercado: para os autores que seguem este paradigma, o principal problema de estudo é a resposta do mercado às variáveis contábeis. Os autores acreditam que as variáveis contábeis envolvidas no processo de tomada de decisão podem ser resultado da forma como o mercado reage. A teoria associada a este paradigma é a teoria da eficiência do mercado de capitais, segundo a qual o mercado é eficiente quando os preços de mercado refletem integralmente as informações públicas disponíveis. Dessa forma, os preços de mercado são imparciais e respondem imediatamente às novas informações disponíveis. Além dessa teoria, são adotadas também: (i) o modelo de eficiência do mercado; (ii) a hipótese de eficiência do mercado; (iii) o modelo de avaliação de ativos (*capital asset pricing*); (iv) a teoria da precificação por arbitragem; e (v) a teoria do equilíbrio da precificação de opções (*equilibrium of option pricing*).

5. Paradigma da utilidade para tomada de decisão - comportamento individual: para os autores que seguem este paradigma, o principal problema de estudo é como o indivíduo tomador de decisão reage às variáveis contábeis. Tais autores argumentam que, em geral, as

variáveis utilizadas no processo de tomada de decisão dependem do comportamento humano, e, dessa forma, a contabilidade é um processo comportamental. Estes pesquisadores buscam entender, explicar e prever o comportamento humano em um contexto contábil. Dessa forma, os métodos utilizados por este paradigma são a observação, as entrevistas, os questionários e os experimentos. Não há uma teoria explicitamente associada a este paradigma e seus pesquisadores utilizam teorias de outras disciplinas, tais como: (i) relativismo cognitivo em contabilidade; (ii) relativismo cultural em contabilidade; (iii) efeitos comportamentais da informação contábil; (iv) relativismo linguístico em contabilidade; (v) hipóteses funcionais e de fixação de dados; dentre outras.

6. Paradigma da informação ou paradigma econômico: para os autores que seguem este paradigma, os principais problemas de estudo estão relacionados ao fato de que a informação contábil é uma “mercadoria”, possuindo valor econômico e a aquisição dessa informação é um problema de escolha econômica. As teorias associadas a este paradigma são as seguintes: (i) teoria das equipes; (ii) teoria da decisão estatística; e (iii) teoria econômica da escolha.

Conforme podemos observar com base nos paradigmas acima propostos, e como também destacado por Smith (2003), a pesquisa em contabilidade preocupa-se em solucionar problemas, investigar relações e construir conhecimento, possuindo pouca base teórica contábil, servindo-se de teorias de outras áreas tais como economia, administração, psicologia e sociologia, além de utilizar métodos que não são próprios dela, mas adaptados das ciências sociais e naturais.

Apesar dos diversos paradigmas em contabilidade destacados, Lukka (2010) sugere que há na atualidade uma homogeneidade na pesquisa contábil, ou seja, há a dominação por um único paradigma, no qual prevalece a pesquisa contábil positivista (*mainstream*), amplamente fundamentada na economia e dominante nos Estados Unidos. Uma das principais consequências desse monopólio paradigmático é que a produção acadêmica gera apenas contribuições marginais - uma em relação à outra, o que representa uma ameaça à evolução acadêmica. Entretanto, diferentes possibilidades de pesquisas nessa área possibilitariam pesquisas heterogêneas, e levariam a um avanço da pesquisa na nossa ciência.

Fields, Lys e Vincent (2001) defendem que os pesquisadores em contabilidade deveriam voltar seus esforços para o desenvolvimento de uma “infraestrutura” da pesquisa contábil. A pesquisa nessa área é vítima do desenvolvimento de teorias, de técnicas estatísticas e de uma única forma de pesquisa (*mainstream*) que, apesar de terem sido essenciais para seu desenvolvimento rápido, impedem que a pesquisa se volte para a sua base, para os fundamentos da contabilidade, para que possa novamente avançar.

Há também pesquisadores que defendem a homogeneidade de metodologia na contabilidade, tais como Lukka (2010), que citam seus benefícios, tais como a utilização de uma linguagem única e o compartilhamento de visões semelhantes na pesquisa contábil. No entanto, deve ser pontuado que essa homogeneidade traz também consigo produções muito similares, com pouca ou nenhuma contribuição adicional às pesquisas já desenvolvidas.

Riahi-Belkaoui (2004) destaca que a pesquisa em contabilidade é eclética e diversa, pois, como qualquer outra ciência social, baseia-se em premissas sobre a sua natureza e a natureza da sociedade em que ela está inserida. Apesar de as abordagens indutivista e dedutivista serem alternativas existentes para a condução de uma pesquisa, nenhuma delas permite essa interação do lado humano do pesquisador com o objeto pesquisado: enquanto a abordagem indutiva busca desenvolver uma teoria com base em novas observações, a abordagem dedutiva parte de uma teoria para o teste de observações empíricas. (SMITH, 2003).

3. Características e objetivos de um estudo etnográfico

A etnografia busca descrever detalhadamente, por temas ou perspectivas, uma cultura ou um grupo social que compartilhe da mesma cultura, onde o pesquisador examina pessoas, no seu *habitat* natural, utilizando métodos para capturar seus significados sociais e atividades rotineiras, buscando detectar padrões de comportamento, costumes, e modos de vida gerais, interpretando esse grupo em relação aos significados das interações sociais e generalizações sobre a vida social (BREWER, 2004).

Jupp (2006) destaca que a etnografia se baseia na suposição de que cada grupo social é distinto e, com o objetivo de estudar tais diferenças, o pesquisador deve se comprometer com o grupo no seu próprio espaço.

De acordo com Atkinson e Hammersley (1994) e Fetterman (2010), a etnografia é uma forma de pesquisa social que possui as seguintes principais características:

- Forte ênfase na exploração da natureza de determinado fenômeno social (ao invés de testar hipóteses sobre esse fenômeno);
- Utilização, principalmente, de dados não-estruturados;
- Investigação de forma detalhada de um caso apenas ou de um número pequeno de casos;
- Coleta de dados feita com indivíduos e/ou grupos; e
- Análise de dados, usualmente, concomitante com a sua coleta, que envolve interpretação do significado das ações humanas, gerando como principal produto final, descrições e explanações, podendo, no entanto, ainda ter análises estatísticas atuando como coadjuvante. Os métodos a serem utilizados em um estudo etnográfico devem permitir o acesso do pesquisador às atividades dos indivíduos do grupo, e as técnicas incluem: entrevistas, análise de discurso, análise documental e observação participante (BREWER, 2004).

De acordo com Baszanger e Dodier (1997), estudos etnográficos são conduzidos para satisfazer três necessidades simultâneas relacionadas com o estudo das atividades humanas: (i) a necessidade de uma abordagem empírica, visto que o fenômeno a ser estudado não deve ser deduzido, requerendo a observação empírica; (ii) a necessidade do pesquisador de permanecer aberto a elementos que não podem ser codificados durante o estudo; e (iii) uma preocupação com o fenômeno observado em campo.

Brewer (2004) destaca que a etnografia está fortemente associada com um *framework* filosófico próprio, denominado de naturalismo, que se preocupa com o estudo da vida social no local em que efetivamente ocorre, visto que ela acontece independentemente de manipulação experimental.

Segundo Vergara (2005), um estudo etnográfico permite que o pesquisador compreenda de uma forma mais ampla como os indivíduos agem em um determinado ambiente, que pode ser uma organização, uma sociedade, ou um grupo que compartilhe culturas e subculturas. Esse tipo de pesquisa possibilita ainda a identificação de características, valores e simbolismos próprios desses grupos de indivíduos estudados.

A etnometodologia tem por objetivo “compreender os métodos para a produção do conhecimento comum em diferentes (etno) áreas” do cotidiano, visto que “o mundo social está num processo contínuo, havendo múltiplas realidades, que se restringem apenas aos momentos em que são ativamente construídas e sustentadas” (FONSECA, 1997, p. 113). Essa metodologia baseia-se na premissa de que a realidade é uma criação social e, portanto, ela não pode ser compreendida sem a análise dos atores sociais (indivíduos) que interagem socialmente construindo a realidade.

São inúmeras as dificuldades encontradas por um pesquisador etnográfico, tanto na fase prévia, quanto na fase de pesquisa e, até mesmo, quando o estudo já está pronto e publicado. Na fase prévia, pode-se destacar a necessidade de que o pesquisador possua

conhecimento sobre antropologia cultural e que entenda os conceitos mais explorados nesta área para conseguir determinar qual estudo será feito e como. Superado esse problema, a fase da pesquisa propriamente dita demanda tempo extenso para coletar os dados, envolvendo um tempo prolongado em campo. Além disso, há a possibilidade de o pesquisador tornar-se um nativo (*go native*) e ser impossibilitado de completar sua pesquisa ou comprometer seus resultados. Por fim, ainda que o pesquisador supere esses obstáculos e avance em sua pesquisa, mesmo após a sua conclusão e publicação, ele pode se deparar com a dificuldade em encontrar pessoas interessadas pelos seus resultados e pesquisa, cujos resultados são, usualmente, apresentados de forma narrativa. É importante lembrar ainda que esse tipo de apresentação dos resultados pode ser desafiador ao próprio pesquisador acostumado com abordagens tradicionais (científicas) de escrever na pesquisa de ciências sociais e humanas (CRESWELL, 1998).

4. Metodologia de um estudo etnográfico

De acordo com Baszanger e Dodier (1997), existem três tipos de etnografia. Eles possuem, no entanto, como característica comum a distinção entre a generalização e a totalidade, ou seja, o método de estudo em qualquer um dos tipos a seguir elencados consiste em acumular uma série de casos individuais e analisá-los de forma combinada:

1. Etnografia integradora (*integrative ethnography*): desenvolvida na antropologia cultural e social, o pesquisador tenta fazer uma imersão no grupo objeto de estudo e conseguir entender o “ponto de vista” dos indivíduos desse grupo (denominados de nativos). Os nativos são pessoas que compartilham perspectivas culturais similares, distintas das do pesquisador. Um dos principais problemas encontrados nesse tipo de etnografia é que o “ponto de vista” pode não ser totalmente transparente ou pode não ser facilmente expresso em palavras, e, conseqüentemente, qualquer interpretação será influenciada, conscientemente ou não, pela tradição a que o pesquisador pertence;

2. Etnografia narrativa (*narrative ethnography*): também denominada de abordagem hiper-reflexiva, nesse tipo de etnografia, que é influenciada pela psicanálise, o estudo é descrito como um processo profundamente vinculado à história do etnógrafo. A narrativa é uma forma de integrar os eventos presenciados pelo pesquisador em campo, preservando sua dimensão temporal, onde o autor está mais preocupado com o questionamento e divulgação das operações realizadas por ele, através de conceitos como cultura e sociedade. Assim, o encontro entre o pesquisador e o grupo estudado é visto como um diálogo entre participantes de culturas distintas; e

Tabela 1. Dimensões e formato de um estudo etnográfico.

Dimensão	Etnografia
Foco	Descrever e interpretar um grupo social e cultural.
Disciplinas de origem	Antropologia cultural e sociologia.
Coleta de dados	Principalmente observações e entrevistas com o uso de artefatos adicionais quando há um longo período em campo (de 6 a 12 meses).
Análise dos dados	Descrição Análise Interpretação
Forma narrativa	Descrição do comportamento cultural de um grupo ou indivíduo.
Estrutura	Introdução (incluindo o problema do estudo); procedimentos de pesquisa; descrição da cultura; análise de temas culturais; interpretações e questões levantadas.

Fonte: Adaptado de Creswell (1998).

3. Etnografia combinada (*combinative ethnography*): esse tipo de estudo combina diversos tipos de trabalho etnográfico. A participação do etnógrafo nas atividades diárias do grupo é vista unicamente como uma forma de coletar dados, tendo por objetivo fazer um balanço da relação dinâmica entre as reais atividades dos indivíduos usando um *framework* complexo, com referências normativas relacionadas às situações encontradas e que não estão unificadas.

Cresweel (1998) propõe dimensões a serem estudadas em etnografia assim como o formato deste tipo de pesquisa, que estão apresentados na Tabela 1.

Um estudo etnográfico pode ser dividido nas seguintes fases: (i) identificação do problema ou tópico de interesse, onde o pesquisador também delimita o local ou os indivíduos que serão estudados; (ii) trabalho de campo, quando ocorre a coleta e análise dos dados, que é um processo concomitante, com indivíduos e com grupos; (iii) observação dos participantes, sejam indivíduos e/ou grupos de indivíduos; (iv) análise integral dos fenômenos, por meio de uma visão holística; e (v) divulgação dos resultados.

No entanto, antes de entrar em campo, Corwin e Clemens (2012) sugerem que o etnógrafo responda às seguintes questões:

- (i) como as observações serão registradas?;
- (ii) quais recursos serão necessários?;
- (iii) com que frequência as notas de campo deverão ser registradas?;
- (iv) aonde e quando tais notas de campo serão registradas?;
- (v) será que o fato de tomar notas fará com que os indivíduos ajam de forma diferente?;
- (vi) quando começará o processo de codificação e como ele poderá impactar futuras observações?; e
- (vii) como o posicionamento do pesquisador perante o objeto da pesquisa poderá influenciar o processo de tomada de notas?.

5. A aplicação da etnografia na contabilidade

Iudícibus (2012) conceitua a contabilidade como uma ciência social e, portanto, como uma ciência que evolui junto com a própria sociedade. Por ser uma ciência social, um evento contábil pode ser interpretado de formas diversas, havendo um embasamento justificável, visto que cada profissional pode ter uma visão distinta desse mesmo evento. Assim, existem diversos fatores que podem influenciar o ponto de vista desse profissional desde a sua formação acadêmica, passando pelo seu modelo mental, o grupo social no qual está inserido e a cultura compartilhada entre esse grupo (SZUSTER, 2015).

O objetivo central das ciências sociais é entender os processos sociais e as experiências dos indivíduos, a motivação de suas ações e como estas refletem suas experiências passadas (BREWER, 2004).

Fonseca (1997) destaca a ideia de ver o mundo não como um processo concreto, como uma máquina, mas como aberto, como um organismo, sendo necessário o entendimento das mudanças e dos processos que o permeiam, visto que ele evolui e se modifica com o tempo. Assim, no caso de organizações, o pesquisador deve se preocupar em analisar a influência da linguagem, mitos e símbolos sobre elas, com o objetivo não de generalização, mas de buscar compreender o mundo social em que elas, as organizações, estão inseridas. Compreender o mundo social é fundamental visto que as organizações são formadas por indivíduos e estes interpretam seu ambiente social e agem da forma que consideram como melhor para cada um deles. Tal compreensão não é obtida pela pesquisa positivista.

Adicionalmente, a ciência não pode ser estudada separadamente da história, visto que ela, a ciência, é não cumulativa; suas concepções variam de acordo com o momento histórico. Assim, um campo de estudo torna-se uma ciência quando um paradigma é adotado com

sucesso. Sem um paradigma não há como pesquisar a natureza, sendo ele, então, imprescindível. Mas, mesmo quando um paradigma está estabelecido em uma comunidade científica, o pesquisador não tem o dever de considerar somente as aplicações da teoria atual, pois, se assim o fizesse, não haveria anomalias, necessárias para ocorrer uma revolução científica. Deve-se, portanto, utilizar uma matriz disciplinar, conceito que engloba todo o conhecimento compartilhado pelos praticantes de uma ciência (KUHN, 1998).

Tradicionalmente, a pesquisa contábil utiliza uma metodologia empírica positivista, utilizando ainda muitos métodos e teorias econômicas neoclássicas. Apesar do aumento e do desenvolvimento de abordagens comportamentais, organizacionais e sociais nos últimos anos, as perspectivas instrumentalistas e positivistas e os métodos quantitativos ainda dominam a pesquisa contábil, sendo denominada de *mainstream*. Contudo, as generalizações estatísticas alcançadas com a metodologia positivista não são capazes de explicar determinados casos individuais, como já apontado, visto que seu objetivo é obter leis e teorias gerais que simplificarão o entendimento das observações empíricas (RYAN, SCAPENS e THEOBALD, 2002).

Um dos principais problemas encontrados pelos pesquisadores que não querem utilizar essa abordagem *mainstream* reside no fato de que os consagrados autores da área contábil rejeitam e não aceitam visões diferentes das deles. O aparente crescimento de estudos críticos e interpretativos pode estar, na verdade, mais relacionado com o aumento do número de veículos de publicação do que na efetiva aceitação de uma perspectiva de pesquisa diferente. E, mesmo com a permanência de tais dificuldades, muitas pesquisas obtiveram êxito e foram publicadas, aumentando a diversidade da pesquisa em contabilidade e criando certo grau de tensão, o que pode ser visto de forma positiva, entre os membros de sua comunidade científica (BAKER e BETTNER, 1997).

Apesar de a maioria dos pesquisadores em contabilidade usar o método de pesquisa sob uma perspectiva positivista ou instrumentalista, Baker e Bettner (1997) tecem três blocos de críticas a este tipo de pesquisa:

(i) as premissas de um paradigma de pesquisa são limitadas, visto que o desenvolvimento e utilização de modelos teóricos possibilitam que os pesquisadores imponham significados e para controlar as variáveis que não foram captadas em seus modelos, eles usualmente elaboram suposições implícitas e explícitas sobre “como o mundo funciona”;

(ii) há uma mera aderência ao método científico utilizado pela maioria, e a contabilidade, por ser uma realidade socialmente construída e subjetiva, não deve ser analisada pelo método científico, segundo o qual as relações entre os fenômenos são tidas como duradouras, quantificáveis e objetivamente determináveis. Este método limita as perspectivas do cientista em realizar investigações na ciência contábil; e

(iii) os métodos quantitativos já foram exaustivamente utilizados. O fato de um paradigma ser amplamente estudado e pesquisado não necessariamente corresponde a uma contribuição ao conhecimento. Pelo contrário, é a pesquisa inovadora e controversa que mais contribui para o desenvolvimento de uma ciência e o fato da contabilidade não efetuar esse tipo de pesquisa pode estar atrelado à sua natureza conservadora.

A influência da contabilidade nas organizações e nas sociedades atinge questões fundamentais relativas à distribuição da riqueza, à justiça social, à ideologia política e à degradação ambiental. A essência desses problemas pode ser mais bem visualizada por meio do entendimento de como a contabilidade impacta as pessoas, utilizando perspectivas interpretativas e críticas, mais adequadas para entender o papel central da contabilidade na sociedade (BAKER e BETTNER, 1997).

Baker e Bettner (1997) destacam que a capacidade da contabilidade em criar e controlar a realidade social traz poder àqueles que fazem uso dela, tais como as organizações,

que a utilizam para ocultar conflitos e promover a perpetuação da ordem social. Assim, por meio das organizações e das sociedades, a influência da contabilidade permeia questões sociais fundamentais, as quais não seriam bem estudadas pela pesquisa *mainstream*. Para entender tais questões, deve ser examinado o impacto que a contabilidade tem sobre os indivíduos, sendo para isso importante a utilização das pesquisas interpretativas e críticas.

Uma alternativa para essa forma de pesquisa seria a etnografia que, por ser uma pesquisa holística, busca expandir esse conhecimento por meio do desenvolvimento de teorias, para explicar as observações individuais no seu contexto específico. A pesquisa holística baseia-se no pressuposto de que um sistema social desenvolve uma característica de totalidade e não é apropriada para estudar partes de um indivíduo fora do contexto total. Os métodos holísticos buscam explicar essa qualidade e alocar sistemas sociais específicos no seu contexto prático (FETTERMAN, 2010).

Lee e Humphrey (2006) elaboraram um estudo onde concluíram que a contabilidade tornou-se uma disciplina pluralista e, portanto, a pesquisa qualitativa se encaixa em diversas áreas desta ciência, em especial nos estudos que buscam compreender as origens e o papel da contabilidade de acordo com seu contexto histórico, social e organizacional.

Com base na multidisciplinaridade, Feyerabend (1977, p. 40) defende que

o cientista que deseja ampliar ao máximo o conteúdo empírico das concepções que sustenta e que deseja entender aquelas concepções tão claramente quanto possível deve, portanto, introduzir concepções novas. Em outras palavras, o cientista deve adotar metodologia pluralista.

Para se ter uma ideia da pouca utilização da etnografia nos estudos de contabilidade, foi realizada uma busca em todos as edições do Congresso USP de Contabilidade (de 2001 a 2016) e não foi encontrado nenhum estudo etnográfico. Já ao analisar os estudos etnográficos apresentados em todas as edições do EnANPAD (de 1997 a 2017) verificou-se que em vinte anos foram poucos os estudos realizados com esse tema, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2. Estudos etnográficos no EnANPAD e suas respectivas áreas temáticas (1997 a 2017).

Divisão	Trabalhos
EOR - Estudos Organizacionais	23
MKT - Marketing	17
EPQ - Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade	3
GPR - Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho	1
GCT - Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação	1
CCG - Contabilidade e Controle Gerencial	1
ORG - Organizações	1
TEO - Organizações / Teoria das Organizações	1
ADI - Administração da Informação	1
COR - Organizações / Comportamento Organizacional	1
Total	50

Fonte: elaborado pelas autoras.

Analisando-se especificamente os estudos apresentados no EnANPAD em contabilidade (divisões CCG e EPQ), verifica-se em que apenas um dos estudos (CCG) foi realizada uma pesquisa cuja metodologia foi a etnografia, sendo os três restantes estudos teóricos sobre o tema, conforme demonstrado na Tabela 3.

O estudo considerado etnográfico apresentado no EnANPAD foi o de Fonseca (1998) que elaborou uma pesquisa objetivando analisar de que forma as diferenças culturais entre o Brasil e a Inglaterra afetam o sistema de planejamento em controle de uma mesma empresa com matriz e filial nesses países. Para isso, a autora se inspirou na etnografia, que é uma das técnicas utilizadas para o estudo de cultura organizacional, para buscar analisar uma das dimensões culturais de Hofstede (1983) nos diferentes países em que a empresa possuía unidades (FONSECA, 1997).

Tabela 3. Estudos etnográficos em contabilidade no EnANPAD (1997 a 2017).

Divisão	Ano	Título
EPQ	2016	Do Espaço para o Ciberespaço: sobre Etnografia e Netnografia
EPQ	2008	Etnografia em Estudos Organizacionais: Qual Etnografia?
EPQ	2008	Os Desafios da Pesquisa Etnográfica na Administração: uma Análise a partir de Artigos Publicados de 1998 a 2007
CCG	1998	Percepções de Incerteza em Um Sistema de Planejamento e Controle: Um Estudo Etnográfico Brasil-Inglaterra.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A pesquisa em contabilidade pode buscar estudar, por meio da etnografia, de que forma a cultura tem impacto sobre esta ciência. Podem ser desenvolvidos estudos etnográficos que aprofundem modelos teóricos que relacionem a cultura com a contabilidade, tais como os de Harrison e McKinnon (1986) e de Gray (1988).

Harrison e McKinnon (1986) desenvolveram um *framework* metodológico que buscava relacionar a contabilidade à cultura, utilizando-a para analisar mudanças na regulação das divulgações financeiras. Nesse modelo, a cultura é considerada elemento essencial para entender como o sistema social se modifica, pois ela influencia tanto as normas e valores desses sistemas, quanto o comportamento dos grupos nas suas interações no sistema.

Com base no modelo de Harrison e McKinnon (1986) e nas dimensões culturais de Hofstede (1983), Gray (1998) acredita que poderíamos supor que há uma relação bem próxima entre áreas culturais e os padrões contábeis internacionais. Ele elaborou um estudo cujo objetivo era explorar o quanto das divergências na divulgação de informações financeiras internacionais pode ser explicado pelas diferenças culturais. Assim, ele propôs um *framework* que relaciona cultura com o desenvolvimento dos sistemas contábeis internacionais, além de levantar 4 hipóteses sobre a relação entre características culturais identificadas e o desenvolvimento de sistemas contábeis, a regulação da profissão contábil e atitudes de gerenciamento financeiro e de divulgações financeiras. As hipóteses não foram testadas, mas propostas como um primeiro passo para seu desenvolvimento. Foram ainda identificados 4 valores contábeis, através da revisão de literatura e da prática:

- Profissionalismo *versus* controle estatutário: o profissionalismo prevê a preferência pelo exercício de julgamento individual e manutenção da auto-regulação em contraposição à submissão aos requisitos legais do controle estatutário. Gray propõe que sociedades fortes no individualismo, fracas em aversão às incertezas e com menor distância do poder, seriam mais profissionais.

- Uniformidade *versus* flexibilidade: uniformidade, consistência ou comparabilidade são princípios fundamentais da contabilidade mundiais. Este valor contábil refere-se à preferência por práticas comuns nas empresas (uniformidade) ou pela flexibilização destas práticas de acordo com as circunstâncias de cada empresa (flexibilidade). Gray propõe que sociedades fracas no individualismo, fortes na aversão às incertezas e com maior distância do poder serão mais uniformes.

- Conservadorismo *versus* otimismo: o conservadorismo é tido como o princípio contábil mais antigo e mais difundido. Este valor contábil refere-se à preferência pela precaução ou em assumir riscos nas situações não esperadas que ocorrem. Gray propõe que sociedades fracas no individualismo, fracas na masculinidade e fortes na aversão às incertezas serão mais conservadoras.

- Confidencialidade *versus* transparência: refere-se à influência da Administração na quantidade de informação divulgada ao mercado. Gray propõe que sociedades femininas, fracas no individualismo, fortes em fuga à incerteza e com maior distância do poder serão mais confidenciais.

6. Reflexões e Considerações Finais

Apesar da existência do *mainstream* quantitativo na pesquisa contábil, fica claro pelo exposto que uma única metodologia não consegue abranger todas as dimensões que podem ser estudadas por esta ciência. Como destaca Feyerabend (2007), não deve haver um conjunto de regras que obrigatoriamente conduzirão ao progresso científico, pois todas essas regras e teorias são falíveis por natureza. As teorias devem ser tidas pelos pesquisadores como aproximações da realidade e não como definições dela, pois não se pode alcançar a verdade, apenas aproximar-nos dela. Até porque, não há um único princípio metodológico que, em algum momento da história, não tenha sido confrontado e transgredido pelos próprios cientistas que o consolidaram.

É importante que o pesquisador em contabilidade esteja atento a todos os fatores sociais e corporativos que podem afetar esta ciência e serem afetados por ela. Como já destacaram Lopes e Martins (2013), a pesquisa nessa área não pode ser separada do ambiente social em que atua.

Segundo Feyerabend (2007), a proliferação de teorias é benéfica para a ciência enquanto que uma única teoria enfraquece o poder crítico da comunidade científica. Como ele mesmo destaca, “todas as metodologias, inclusive as mais óbvias, têm limitações”, assim, “não há qualquer concepção uniforme de conhecimento.”

Apesar da pesquisa positivista ser o *mainstream* da pesquisa na contabilidade financeira, é importante ter sempre em mente que nenhuma metodologia é suficiente para atender a todos os tipos de pesquisa. Independentemente do tipo de abordagem escolhida pelo pesquisador, ele deve adotar uma postura cética em relação aos resultados de outros pesquisadores e em relação aos seus próprios resultados alcançados. Assim, desenvolver o lado crítico é fundamental a qualquer pesquisador.

No entanto, como destacam Lourenço e Sauerbronn (2016), para que tais abordagens distintas do *mainstream* sejam adotadas são necessárias medidas para incentivar esse uso, tais como adequação dos programas acadêmicos incluindo tanto oportunidades de pesquisas interpretativas e críticas quanto a própria discussão das fragilidades da pesquisa quantitativa, além do fomento, por parte dos periódicos e revistas em contabilidade, a este tipo de pesquisa.

Estas atitudes são necessárias para a evolução da ciência contábil. Como já defendia Feyerabend (2007), “o cientista que deseja ampliar ao máximo o conteúdo empírico das concepções que sustenta e que deseja entender aquelas concepções tão claramente quanto possível deve, portanto, introduzir concepções novas. Em outras palavras, o cientista deve adotar metodologia pluralista”.

Referências

ARAÚJO, I. L. **Curso de Teoria do Conhecimento e Epistemologia**. São Paulo: Minha Editora, 2012.

ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. **Ethnography and Participant Observation**. IN: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *Handbook of Qualitative Research* : 1a. Edição. Thousand Oaks: Sage, 1994.

BAKER, C. R.; BETTNER, M.S. **Interpretive and Critical Research in Accounting: a Commentary on its Absence from Mainstream Accounting Research**. *Critical Perspectives in Accounting*, v. 8, p. 293-310, 1997.

BASZANGER, I.; DODIER, N. **Ethnography: relating the part to the whole**. In: SILVERMAN, D. Qualitative Research: Theory, Method and Practice. 2nd. Ed. London: Sage, Cap2, p. 9-34, 1997.

BREWER, J. D. **Ethnography**. IN: Cassell, C.; Simon, G. Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research. Cap. 25, p. 312-322, 2004.

BUZZELL, D. R. **Is Marketing a Science?** Harvard Business Review, v. 41, p. 37, 1963.

COELHO, P. S.; SILVA, R. N. S. **Um Estudo Exploratório sobre as Metodologias Empregadas em Pesquisas na Área de Contabilidade no EnANPAD**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1, n.8, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (2015). Website: www.cpc.org.br, 2015.

CORWIN, Z. B.; CLEMENS, R. F. **Analysing Fieldnotes: a practical guide**. IN: Delamont, S. Handbook of qualitative research in education, London: Edgar Elgar, 2012.

CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Traditions**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

FETTERMAN, D. M. **Ethnography step by step**. Thousand Oaks: Sage, 2010.

FEYERABEND, P. K. **Contra o Método**. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. **Empirical research on accounting choice**. Journal of Accounting and Economics, v. 31, p. 255-307, 2001.

FONSECA, A. C. P. D. **Percepções de Incerteza em um Sistema de Planejamento e Controle: Um Estudo Etnográfico Brasil – Inglaterra**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GRAY, S. J. **Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally**. Abacus, v. 24, n. 1, p 1-15, 1988.

HARRISON, G. L.; MCKINNON, J. L. **Cultural and Accounting Change: A New Perspective on Corporate Reporting Regulation and Accounting Policy Formulation**. Accounting, Organizations and Society, v. 11, n. 3, 1986.

HOFSTEDE, G. **National Cultures in Four Dimensions: A Research-based Theory of Cultural Differences among Nations**. International Studies of Management & Organization, v. 13, n. 1-2, pp. 46-74, 1983.

HOMERO JR., P. **A Constituição do Campo Científico e a Baixa Diversidade da Pesquisa Contábil Brasileira**. REPEC, v.11, n.3, 2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopéia de Sua Evolução**. Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, nº 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

IUDÍCIBUS *et al.* **Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da “teoria tradicional e teoria crítica”**. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 8, nº 4, p. 274-285, out./dez. 2011.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade: Evolução e Tendências**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 5-13, mai/ago, 2012.

JUPP, V. **The Sage Dictionary of Social Research Methods**. Londres: Sage, 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LEE, B.; HUMPHREY, C. **More than a numbers game: qualitative research in accounting**. Management Decision, v. 44, n. 2, pp. 180-197, 2006.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. A. **Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

LOURENÇO, R. L.; SAUERBRONN, F. F. **Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 13, n. 28, p. 99-122, jan./abr. 2016.

LUKKA, K. **The roles and effects of paradigms in accounting research**. Management Accounting Research, v. 21, p. 10–115, 2010.

MARTINS, E. A. **Pesquisa Contábil Brasileira: Uma Análise Filosófica**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

POPPER, K. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

RIahi-BELKAoui, A. **Accounting Theory**. Boston: Cengage Learning EMEA, 2004.

RYAN, B.; SCAPENS, R. W.; THEOBALD, M. **Research Method and Methodology in Finance and Accounting**. 2ª ed. London: South-Western, 2002.

SMITH, M. **Research Methods in Accounting**. London: SAGE Publications, 2003.

SZUSTER, N. **Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira**. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 121-125, mai./jun./jul./ago. 2015.

THEOPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. **Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil**. UnB Contábil, Brasília, v. 8, nº 2, p. 147-175, jul./dez. 2005.

